

REPORTAGEM DE CAPA

O PSDB SAÚDA A MARCHA PELA LIBERDADE
VOCÊS SÃO EXEMPLOS DE CIDADANIA E ESPERANÇA
UM BRASIL LIVRE DA CORRUPÇÃO

O MORALISMO DE FACHADA

DOIS MESES APÓS O IMPEACHMENT,
POLÍTICOS, EMPRESÁRIOS E MILITANTES
QUE APOIARAM O GOLPE SÃO
DESMASCARADOS EM SUA HIPOCRISIA

por MIGUEL MARTINS



Ao apoiarem Eduardo Cunha e Jair Bolsonaro, os "exemplos de cidadania" do cordão antipetista associaram-se ao que há de pior na política nativa



A

s vésperas da Copa América Centenário, realizada em junho, um levantamento no estado de São Paulo encampado pelo instituto PróPesquisa apontou que 91% dos entrevistados afirmavam estar pouco ou nada interessados em acompanhar a Seleção Brasileira de futebol, outrora orgulho nacional. Não faltam motivos. A indigerível goleada de 7 a 1 para a Alemanha e a investigação sobre o envolvimento do atual presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e de três antecessores no escândalo de corrupção da Fifa, além dos péssimos desempenhos recentes, parecem inspirar apenas a decepção.

Se houve alguma arena onde a camisa canarinho mostrou sua força recentemente, foi nos atos favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Durante as manifestações de 2013, as camisas da CBF passaram a vestir os manifestantes antipetistas com frequência. Neste ano, milhões de brasileiros usaram o uniforme para pedir o afastamento da presidenta eleita.

Como na apropriação ufanista da ditadura para acobertar a repressão por ocasião da Copa de 1970, associações entre a Seleção Brasileira e a política costumam ser marcadas pelo oportunismo. Maculada pela própria crise do futebol brasileiro, a camisa como símbolo da luta contra a corrupção perde sentido quando tantos políticos e empresários controversos, além de movimentos e juízes em princípio apartidários, vestem o moralismo de amarelo sob o pretexto de livrar o País da roubalheira, para na verdade velar seus próprios pecados e intenções pouco ou nada republicanas.

Os falsos moralistas do *impeachment* têm se multiplicado nos dois meses do governo interino de Michel Temer. Em 4 de julho, o Ministério Público cobrou do senador Agripino Maia, um entusiasta dos tempos da ditadura e do afastamento de Dilma, a devolução de 1 milhão de reais acumulados irregularmente nos últimos anos. Dois dias depois, o papa Francisco aceitou a renúncia de dom Aldo Pagotto, agora ex-arcebispo da Paraíba, suspeito de ter abrigado em sua diocese padres e seminaristas acusados de pedofilia. O religioso era frequentador de manifestações contra a corrupção. Em seguida, o deputado paraense Wladimir Costa, do Solidariedade, conhecido por ter disparado um rojão de confetes na sessão que aprovou o afastamento de Dilma na Câmara, teve o mandato cassado na sexta-feira 8 pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por acusação de caixa 2.

No século XVII, moralista era aquele que denunciava a falsidade e os discursos vazios de seus contemporâneos. Quando cunhou a expressão “a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude”, o ensaísta François de La Rochefoucauld, representante do moralismo francês, apontava para a falsa superioridade





A tietagem ao "Japonês da Federal", o rojão de Wladimir Costa e a homenagem de Raquel Muniz ao marido antes de ser preso: o oportunismo dura pouco



EM POUCO TEMPO, O GOVERNO INTERINO MOSTROU TER TETO DE VIDRO

da nobreza, na verdade movida pelos mesmos sentimentos egoístas nutridos por todos os seres humanos. Ao longo da história, o moralismo aproximou-se do reacionarismo vulgar. No Brasil, parecem ter se tornado sinônimos.

Por vezes, os moralistas nativos conseguem convencer a opinião pública de que seus vícios são virtudes, mas muitos deles são surpreendidos com a agilidade dos fatos a desmascará-los. Em 17 de abril, quando a Câmara aprovou o *impeachment* de Dilma Rousseff, a deputada Raquel Muniz juntou-se a mais de 130 colegas ao homenagear sua família em seu voto favorável ao afastamento, com destaque para seu marido Ruy Muniz, chefe do Executivo de uma cidade mineira. "O Brasil tem jeito e o prefeito de Montes Claros mostra isso a todos nós com sua gestão." No dia seguinte, seu marido foi preso por suspeita de prejudicar o funcionamento de hospitais públicos do município para favorecer um hospital privado gerido por seus parentes.

O governo interino logo mostrou seu teto de vidro. Ao assumir, Michel Temer escolheu para sua equipe diversos ministros investigados por corrupção. Romero Jucá não durou sequer duas semanas à fren-

te da pasta do Planejamento. Em conversa gravada antes do *impeachment* por Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro e apontado como operador do PMDB na Lava Jato, o senador afirmou que uma mudança de governo resultaria em um pacto para "estancar a sangria" da Operação Lava Jato. Após a divulgação do áudio, ele não resistiu às pressões por sua saída.

A cooperação de Machado com as investigações resultou em outras duas quedas. Em conversa com o delator e Renan Calheiros, Fabiano Silveira, nomeado ministro da Transparência, criticou a Lava Jato e deu orientações ao presidente do Senado, seu padrinho político, para se defender das

acusações. Em sua delação, o ex-presidente da Transpetro afirmou ainda que Henrique Eduardo Alves, indicado para o Ministério do Turismo, recebeu 1,55 milhão em propina, entre 2008 e 2014. Ambos deixaram seus cargos.

Atualmente, quatro ministros de Temer são investigados por corrupção. Na esteira da delação de Machado, Sarney Filho, do Meio Ambiente, é suspeito de ter recebido uma propina de 400 mil reais, informação que consta em uma tabela entregue pelo delator aos investigadores da Lava Jato. José Sarney, seu pai, foi alvo de pedido de prisão da Procuradoria-Geral da República (PGR), juntamente com Romero Jucá, Renan Calheiros e Eduardo Cunha, por suposta tentativa de interferir nas investigações. O ministro do Meio Ambiente afirma que todas as doações recebidas por sua campanha foram oficiais.

Já Geddel Vieira Lima, ministro da Secretaria de Governo, teria usado sua influência política para atuar em favor de interesses da construtora OAS, quando era



presidente da Caixa Econômica Federal e secretário de Aviação Civil. Lima afirma que não foram cometidas irregularidades.

Mendonça Filho, ministro da Educação, é investigado pela PGR por ter supostamente recebido uma propina de 100 mil reais da construtora UTC para sua campanha à Câmara dos Deputados. O ministro afirma que o repasse foi feito de forma legal e diretamente ao partido.

Alvo de acusações de irregularidades no pagamento de precatórios durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, foi alvo recentemente de um pedido de bloqueio de bens pelo Ministério Público. O órgão acusa Padilha de ter mantido uma funcionária fantasma quando era deputado federal e exige a devolução de 300 mil reais. O ministro afirma que seus advogados entraram na Justiça com pedido de nulidade da ação.

Embora ainda não esteja formalmente sob investigação, o tucano José Serra, ministro das Relações Exteriores, deve entrar na mira da Lava Jato em breve. Segundo o jornalista Lauro Jardim, de *O Globo*, Serra deve ser citado em duas megadelações em fase de negociação: a da Odebrecht e da OAS. Segundo Jardim, as duas empreiteiras revelarão histórias de propinas em obras públicas, quando o tucano era governador de São Paulo, entre 2007 e 2010. Cada vez mais distante dos holofotes, o senador Aécio Neves, um dos porta-vozes do *impeachment*, é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por suposto envolvimento em um esquema de corrupção na hidrelétrica de Furnas.

Antes do *impeachment*, a direita brasileira colecionou ídolos que hoje não podem ser celebrados. Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara, conseguiu ocupar um espaço antes destinado a políticos populistas como Adhemar de Barros e Paulo Maluf, ex-governadores de São Paulo. Em uma versão atualizada do “rouba, mas

OS PALADINOS DA MORAL

MINISTROS DE TEMER QUE CAÍRAM



ROMERO JUCÁ
(Planejamento)

Flagrado em gravação feita antes do afastamento de Dilma Rousseff, na qual afirmou que a troca de governo era necessária para “estancar a sangria” da Lava Jato. É investigado por desvio de recursos e crimes eleitorais



FABIANO SILVEIRA
(Transparência)

Exonerado após a divulgação de áudios em que critica a Lava Jato e orienta Renan Calheiros, seu padrinho político, a evitar complicações em interrogatórios sobre corrupção



HENRIQUE EDUARDO ALVES
(TURISMO)

Pediu demissão após ser apontado por Sérgio Machado como receptor de 1,55 milhão de reais em propina, entre 2008 e 2014

MINISTROS INVESTIGADOS



MENDONÇA FILHO
(Educação)

Suspeito de ter recebido 100 mil reais em propina da construtora UTC, que teria sido disfarçada como doação eleitoral



ELISEU PADILHA
(Casa Civil)

Acusado de improbidade administrativa por ter supostamente empregado uma funcionária fantasma quando era deputado federal.



SARNEY FILHO
(Meio Ambiente)

O filho de José Sarney foi citado na delação de Sérgio Machado como receptor de 400 mil reais em vantagens ilícitas disfarçadas de doações oficiais.



GEDDEL VIEIRA LIMA
(Secretaria de Governo)

A PF suspeita que o ministro atuava em favor da OAS quando era presidente da Caixa e secretário de Aviação Civil

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dos **367** deputados que votaram a favor do *impeachment*, **215** possuem algum processo na Justiça, segundo a ONG Transparência Brasil. A lista é liderada por:



BETO MANSUR
(PRB)

47 processos



VENEZIANO VITAL DO RÊGO
(PMDB)

35 processos



WASHINGTON REIS
(PMDB)

30 processos

SENADO

Dos **55** senadores que aprovaram o afastamento de Dilma, **34** têm ocorrências na Justiça, segundo a ONG Transparência Brasil. O PMDB lidera a lista, com **10** senadores citados

► faz”, lema associado aos populistas paulistas, Cunha mereceu homenagens semelhantes ao ser chamado de “malvado favorito” por ter conduzido o *impeachment* de Dilma. Cartazes e faixas com a frase “somos todos Eduardo Cunha” surgiram nas principais manifestações que pediram a saída da petista.

As suspensão do mandato de Cunha pelo STF e sua renúncia ao comando da Câmara diminuíram sua base de fãs. A derrota de seu aliado Rogério Rosso nas eleições à presidência da Casa, realizada na quarta-feira 13, demonstrou como o peemedebista perdeu força também entre seus pares (leia mais na reportagem à pág. 22).

O constrangimento em apoiar Cunha, acusado de ter contas no exterior abastecidas com propina e de ter se beneficiado de desvios em 12 operações relacionadas ao Fundo de Investimento do FGTS, levou antigos parceiros a abandoná-lo, até por estarem envolvidos com seus próprios problemas. O deputado Wladimir Costa é um dos aliados do ex-presidente da Câmara que pularam recentemente do barco. Nas primeiras sessões do Conselho de Ética, o deputado chegou a dizer que Cunha sofria *bullying*. Na votação do Conselho que aprovou a cassação do ex-presidente da Câmara, Costa traiu seu aliado e votou sim “em favor do Brasil”.

Não era a primeira vez que o paraense buscava os holofotes da moralidade. Na votação do *impeachment*, em 17 de abril, o deputado protagonizou um dos votos mais bizarros da sessão. Enrolado em uma bandeira do Pará, Costa mostrou uma suposta passagem comprada para o deputado Jean Wyllys, do PSOL, deixar o País “sem volta”. Após homenagear a “mãezinha” e os filhos, ele pediu a todos que votaram ou votariam “sim” para “colocar a mão para cima”. Para completar o clima de micareta carnavalesca, disparou um rojão de confetes para o alto.



Hoje, Costa não tem muito o que comemorar. Na sexta-feira 8, o TRE cassou seu mandato parlamentar por unanimidade. Segundo a Corte, ele teria omitido da Justiça mais de 410 mil reais de sua prestação de contas. A decisão não implicou seu afastamento imediato, que depende ainda da análise do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O advogado do deputado afirma que houve erros na decisão e vai recorrer.

Segundo a ONG Transparência Brasil, dos 367 deputados que votaram a favor do *impeachment*, 215 são alvo de processos na Justiça, que vão desde crimes eleitorais a acusações de corrupção. Outro aliado de Cunha, o deputado Beto Mansur, do PRB, é o recordista de processos: são 47, segundo a ONG.

No Senado, 65% dos parlamentares que autorizaram o afastamento de Dilma respondem a processos, entre eles Agripino Maia. Presidente do Democratas, o senador sempre se esforçou em defender o golpe civil-militar de 1964 como uma “revolução”. No ano passado, conclamou as ruas a pressionarem pelo afastamento ao afirmar que a “Revolução de 64 só ocorreu após as manifestações”.

Integrantes de ricas e poderosas oligarquias locais, como Maia, desempenham papel central na defesa do *impeachment*. Representante de uma das famílias mais influentes do Rio Grande do Norte, o senador ainda assim utiliza de meios contro-

O arcebispo da Paraíba (acima) é suspeito de acobertar casos de pedofilia. Mendonça Filho, Agripino Maia e Aécio Neves são alvo da Justiça



versos para enriquecer. Em 4 de julho, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma ação que exige a devolução de pouco mais de 1 milhão de reais por parte do senador, acusado de receber rendimentos acima do teto constitucional.

Segundo o MPF, o parlamentar ganha 64,2 mil reais por mês ao acumular seu salário como senador e uma pensão vitalícia especial. Somado a seu salário, o benefício, concedido a Maia por ele ter sido governador potiguar, levou seus rendimentos a superar em 90,2% o limite atual, de 33,7 mil reais. O senador contesta o órgão ao afirmar que o teto estabelecido carece de regulamentação.

A hipocrisia também encontra refúgio nos movimentos de rua, na Polícia Federal e no Judiciário. Criado em 2014 sob as bandeiras da luta contra a corrupção e do apartidarismo, o Movimento Brasil Livre recebeu apoio financeiro, como a impressão de panfletos e uso de carro de som, de legendas como o PMDB e o Solidariedade.



A HIPOCRISIA ENCONTRA REFÚGIO NOS MOVIMENTOS DE RUA, NO JUDICIÁRIO E NA PF

Em uma gravação de fevereiro de 2016, Renan Antônio Ferreira dos Santos, um dos três coordenadores nacionais da entidade, diz em mensagem a um colega que tinha fechado com partidos políticos para divulgar os protestos de 13 de março. O líder do movimento confirmou posteriormente que o comitê do *impeachment* contava com lideranças de várias siglas, entre elas DEM, PSDB, PMDB e SD.

Personagem celebrado por escotar diversos presos no âmbito da Lava Jato, Newton Ishii, o famoso “Japonês da Federal”, perdeu prestígio e não é mais procurado para *selfies* por políticos e militan-

tes. Em junho, o agente foi preso por seu envolvimento em um esquema que facilitava o contrabando de produtos ilegais na fronteira com o Paraguai, em Foz do Iguaçu. Em meio às investigações da Operação Sucuri, deflagrada em 2003, Ishii responde a três processos, sendo um na esfera criminal. O policial nega as acusações.

No Judiciário, dois magistrados de primeira instância parecem ter se inspirado na militância política de Gilmar Mendes, ministro do STF, em decisões recentes. Antes do *impeachment*, Itagiba Catta Preta, titular da 4ª Vara Federal de Brasília, concedeu liminar que impediu a posse do ex-presidente Lula como ministro de Dilma. Em seu Facebook, o magistrado costumava publicar fotos de sua participação em protestos contra o PT e convocava os internautas às manifestações.

Já o juiz Paulo Bueno de Azevedo mandou prender recentemente o ex-ministro Paulo Bernardo por suposta participação em um esquema de desvios de recursos no Ministério do Planejamento. Seis dias

depois, Dias Toffoli, ministro do STF, revogou a prisão de Bernardo, ao entender que não havia risco de fuga ou disposição em obstruir as investigações por parte do petista. Embora tenha sido obrigado a acatar a decisão de Toffoli, Azevedo mostrou-se contrariado. O magistrado foi orientado em seu doutorado por Jaina Paschoal, coautora do pedido de *impeachment* de Dilma.

A hipocrisia também atinge empresários. Júlio Plácido, sócio-diretor da J2A Eventos, já pregou a morte de Fernando Haddad, prefeito de São Paulo, e de Lula em publicações nas redes sociais. Em meio à investigação da Polícia Federal sobre desvios de 180 milhões de reais da Lei Rouanet, a empresa de Plácido estaria envolvida na organização de um casamento de luxo na Praia de Jurerê, em Florianópolis, supostamente bancado com recursos irregulares do Ministério da Cultura.

Já o empresário e advogado Danilo Amaral, que hostilizou em 2015 o petista Alexandre Padilha, secretário de Saúde de Haddad, em uma churrascaria em São Paulo, aparece 18 vezes na delação premiada da família de Sérgio Machado. Expedito Machado, filho do delator mais famoso, afirmou aos investigadores que a Trindade, empresa de Amaral, foi usada para lavar propinas.

Para o cientista político Cláudio Couto, da FGV, a percepção de que o PT detém o “monopólio da corrupção” vai mudar de forma gradativa. “Uma parte do eleitorado já percebeu que de coxinha virou trouxinha.” Em 31 de julho, o MBL e o Vem Pra Rua farão um ato para pedir o afastamento definitivo de Dilma. Em 13 de março, a manifestação contra a presidenta eleita reuniu 500 mil manifestantes na Avenida Paulista, segundo o Datafolha. Após tantos vícios desmascarados no cordão canarinho, resta saber se o número de brasileiros dispostos a vestir a camisa da CBF contra a corrupção ainda é o mesmo. •

